

Relatório Analítico dos Investimentos
em abril de 2016

Carteira consolidada de investimentos - base (abril / 2016)

Produto / Fundo	Disponibilidade Resgate	Carência	Saldo	Particip. S/ Total	Qtde. Cotistas	% S/ PL Fundo	RESOLUÇÃO
BB IRFM 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	Não há	1.080.048,88	1,32%	1.174	0,01%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BRADESCO INSTITUCIONAL IMAB TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	D+1	Não há	4.444,84	0,01%	109	0,00%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	Não há	7.047.614,73	8,62%	723	0,12%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA LP	D+0	Não há	9.574.791,68	11,71%	567	0,27%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA BRASIL IMAB 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA LP	D+0	Não há	2.733.360,43	3,34%	672	0,06%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BB IMAB 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	D+1	Não há	201.615,10	0,25%	259	0,01%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"
BRADESCO INSTITUCIONAL IMAB FIC RENDA FIXA	D+1	Não há	3.831,91	0,00%	78	0,00%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"
TOWER BRIDGE II IMAB 5 FIC RENDA FIXA	D+2	Não há	270.617,28	0,33%	40	0,21%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"
TOWER BRIDGE IMA-B 5 FIC RENDA FIXA	D+1471	Não há	925.297,31	1,13%	40	0,21%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"
BRADESCO IRFM 1 FIC RENDA FIXA	D+0	Não há	1.104.746,35	1,35%	88	0,11%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"
BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FIC RENDA FIXA IMAB 5	D+1	Não há	13.773.929,24	16,85%	57	6,20%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"
CAIXA MEGA FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	D+0	Não há	8.825.053,36	10,79%	3.008	0,17%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
BRADESCO PREMIUM FIC REFERENCIADO DI	D+0	Não há	8.517.191,20	10,42%	387	0,14%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	Não há	7.111.151,48	8,70%	844	0,11%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
MASTER II FIDC MULTISSECTORIAL SÊNIOR	Não se aplica	Não se aplica	63.001,60	0,08%	1	1,10%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "a"
PREMIUM FIDC SÊNIOR	Não se aplica	Não se aplica	2.556.805,92	3,13%	98	2,14%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "a"
CAIXA BRASIL IPCA IX FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	D+0	18/05/2016	2.939.950,50	3,60%	54	2,94%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"
GERAÇÃO FUTURO PROGRAMADO IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES	D+4	Não há	1.534.399,24	1,88%	22.526	0,34%	Artigo 8º, Inciso I
CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	D+33	23/08/2017	1.157.951,73	1,42%	116	0,35%	Artigo 8º, Inciso III
GERAÇÃO FUTURO DIVIDENDOS FIC AÇÕES	D+4	Não há	2.671.035,28	3,27%	3.424	1,07%	Artigo 8º, Inciso III
ECO HEDGE FIC MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO LP	D+4382	Não há	1.492.844,88	1,83%	5	0,75%	Artigo 8º, Inciso IV
CONQUEST FIP - FCCQ11	Não se aplica	Não se aplica	3.845.281,53	4,70%			Artigo 8º, Inciso V

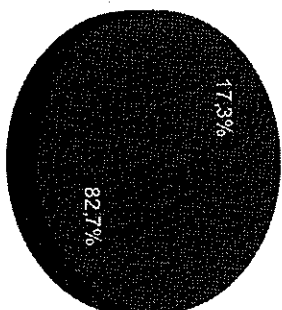
Carteira consolidada de investimentos - base (abril / 2016)

Produto / Fundo	Disponibilidade Resgate	Carência	Saldo	Particip. S/ Total	Qtde. Cotistas	% S/ PL Fundo	RESOLUÇÃO
AQUILLA FI - AOLL11	Não se aplica	Não se aplica	3.477.193,18	4,25%		5,51%	Artigo 8º, Inciso VI
SECURITY FI REFERENCIADO DI CREDITO PRIVADO LP	D+90 ou D+150 a D+450	18 meses	855.557,14	1,05%	14	8,35%	Em Enquadramento - RF
TOTAL -			81.767.714,89				

Enquadramentos na Resolução 3.922/2010, 4.392/2014 e Política de Investimentos - base (abril / 2016)

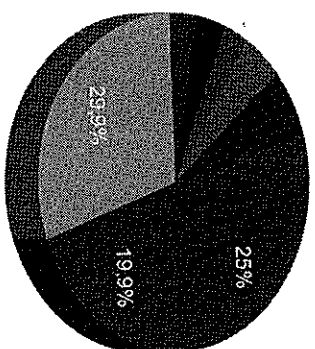
Artigos - Renda Fixa	Limite Resolução	Limite Política	Total Artigo	% Carteira	GAP Política
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	100,00%	80,00%	20.440.260,56	25,00%	44.973.911,35
Artigo 7º, Inciso II, Alínea " a "	80,00%	50,00%	16.280.037,19	19,91%	24.603.820,26
Artigo 7º, Inciso III, Alínea " b "	80,00%	10,00%	0,00	0,00%	8.176.771,49
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "	30,00%	30,00%	24.453.396,04	29,91%	76.918,43
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " b "	30,00%	10,00%	0,00	0,00%	8.176.771,49
Artigo 7º, Inciso VI	15,00%	5,00%	0,00	0,00%	4.088.385,74
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " a "	5,00%	5,00%	2.619.807,52	3,20%	1.468.578,22
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "	5,00%	5,00%	2.939.950,50	3,60%	1.148.435,24
Em Enquadramento - RF	0,00%	0,00%	855.557,14	1,05%	-855.557,14
Total Renda Fixa	100,00%	195,00	67.589.008,95	82,66%	
Artigos - Renda Variável	Limite Resolução	Limite Política	Total Artigo	% Carteira	GAP Política
Artigo 8º Inciso I	30,00%	10,00%	1.534.399,24	1,88%	6.642.372,25
Artigo 8º, Inciso III	15,00%	15,00%	3.828.987,01	4,68%	8.436.170,22
Artigo 8º, Inciso IV	5,00%	5,00%	1.492.844,88	1,83%	2.595.540,86
Artigo 8º, Inciso V	5,00%	5,00%	3.845.281,63	4,70%	243.104,11
Artigo 8º, Inciso VI	5,00%	5,00%	3.477.193,18	4,25%	611.192,56
Total Renda Variável	30,00%	40,00	14.178.705,94	17,34%	

Distribuição por Segmento



● RENDA FIXA
● RENDA VARIÁVEL

Distribuição por Artigo / Resolução



● 7º Ib
● 7º III a
● 7º IV a
● 7º VII a
● 7º VII b
● Em enquadramento
● 8º I
● 8º III
● 8º IV
● 8º V
● 8º VI

Retorno dos investimentos de Renda Fixa e Benchmark's - base (abril / 2016)

	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa adm	Var - Mês	Volatilidade - 12 meses
IMA-B	3,93%	14,06%	11,92%	16,99%	17,27%	35,51%	-	-	-
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA	4,08%	13,71%	11,74%	16,53%	16,62%	34,90%	0,20%	4,057%	9,81%
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	3,94%	14,02%	11,94%	16,85%	16,66%	34,20%	0,20%	3,888%	9,84%
IDKA IPCA 2 Anos	1,66%	6,90%	3,03%	9,15%	18,82%	33,12%	-	-	-
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,66%	6,67%	3,55%	9,28%	17,85%	31,37%	0,20%	1,232%	3,20%
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1,62%	6,62%	3,65%	9,26%	17,94%	31,77%	0,20%	1,222%	3,10%
IMA-B 5	1,54%	6,97%	3,88%	9,83%	17,80%	32,16%	-	-	-
TOWER BRIDGE IMA-B 5 FI RENDA FIXA	1,88%	0,31%	-2,45%	-6,71%	-2,10%	9,07%	0,70%	2,395%	13,07%
BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RENDA FIXA IMA-B 5	1,66%	7,05%	3,96%	9,90%	25,99%	-	0,20%	1,350%	3,66%
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	1,55%	6,92%	3,86%	9,71%	17,40%	31,12%	0,20%	1,248%	3,51%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1,53%	6,84%	3,82%	9,63%	17,30%	31,22%	0,20%	1,247%	3,52%
TOWER BRIDGE II IMA-B 5 FI RENDA FIXA	-	-	-	-	-	-	0,70%	4,682%	-
CDI + 3,50% ao ano	1,33%	5,50%	4,11%	8,47%	17,80%	35,84%	-	-	-
MASTER II FIDC MULTISSECTORIAL SÊNIOR	8,18%	15,00%	16,15%	12,31%	-1,60%	27,62%	0,20%	18,963%	58,32%
IPCA + 6,00% ao ano	1,08%	5,20%	3,40%	8,33%	15,78%	32,79%	-	-	-
CAIXA BRASIL IPCA IX FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	0,95%	5,00%	3,56%	8,00%	15,04%	31,89%	0,20%	0,062%	0,33%
101,50% do IPCA + 5,75% ao ano	1,07%	5,20%	3,39%	8,33%	15,74%	32,65%	-	-	-

Retorno dos investimentos de Renda Fixa e Benchmark's - base (abril / 2016)

	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa adm	Var - Mês	Volatilidade - 12 meses
PREMIUM FDC SÊNIOR	-1,31%	-2,93%	-3,80%	-2,05%	-4,26%	-20,02%	0,25%	1,115%	3,82%
IRFM 1	1,07%	5,15%	3,45%	7,53%	14,67%	27,38%	-	-	-
BB IRFM 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,11%	5,15%	3,47%	7,48%	14,38%	26,61%	0,10%	0,179%	0,52%
BRADESCO IRFM 1 FI RENDA FIXA	1,07%	5,14%	3,43%	7,43%	14,36%	26,94%	0,20%	0,183%	0,78%
Selic	1,06%	4,35%	3,26%	6,67%	13,86%	26,93%	-	-	-
BRADESCO PREMIUM FI REFERENCIADO DI	1,04%	4,30%	3,22%	6,53%	13,86%	27,10%	0,20%	0,003%	0,02%
CDI	1,05%	4,34%	3,25%	6,67%	13,85%	26,83%	-	-	-
CAIXA MEGA FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	1,08%	4,37%	3,29%	6,70%	13,99%	27,17%	0,25%	0,033%	0,09%
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,98%	4,18%	3,09%	6,52%	13,83%	27,05%	0,20%	0,027%	0,05%
SECURITY FI REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO LP	-10,91%	-28,23%	-28,72%	-27,51%	-30,68%	-32,52%	1,00%	19,149%	25,00%

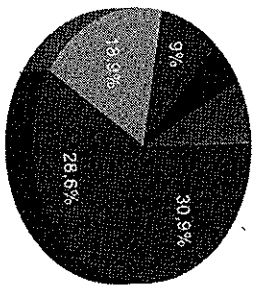
Retorno dos Investimentos de Renda Variável e Benchmark's - base (abril / 2016)

	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa adm	VAR - Mês	Volatilidade - 12 meses
IDIV	12,38%	32,59%	46,56%	17,92%	-8,30%	-20,59%	-	6,932%	15,45%
CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	3,42%	7,43%	10,76%	9,74%	3,42%	8,19%	1,72%	6,932%	15,45%
GERAÇÃO FUTURO DIVIDENDOS FI AÇÕES	1,41%	-8,43%	-2,78%	-8,62%	-12,65%	-7,40%	3,00%	11,005%	20,79%
Ibovespa	7,70%	24,36%	33,42%	17,53%	-4,12%	4,42%	-	11,407%	19,91%
GERAÇÃO FUTURO PROGRAMADO IBOVESPA ATIVO FI AÇÕES	2,59%	-8,72%	-0,76%	-7,25%	-11,42%	-7,51%	4,00%	11,407%	19,91%
IFIX	4,65%	10,29%	17,55%	8,67%	11,24%	15,11%	-	-	-
AQUILA FI - AOLL11	0,00%	-	0,00%	0,00%	-45,30%	-56,30%	1,50%	-	65,31%
IPCA + 8,00% ao ano	1,23%	5,83%	3,87%	9,32%	17,95%	37,84%	-	-	-
ECO HEDGE FI MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO LP	3,35%	-3,60%	8,02%	-0,60%	6,66%	23,42%	0,80%	2,587%	13,93%
Não definido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONQUEST FIP - FCCQ11	-	-	-	-	-	-	1,10%	-	-

Distribuição dos ativos por Administradores e Sub-Segmentos - base (abril / 2016)

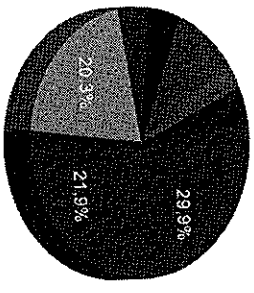
Administrador	Valor	%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	25.291.107,70	30,89%
BANCO BRADESCO	23.404.143,54	28,62%
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	15.440.430,19	18,88%
FOCO INVESTIMENTOS	7.322.474,81	8,96%
GERAÇÃO FUTURO	4.205.434,52	5,14%
Bridge Trust	2.688.759,47	3,29%
PETRA Corretora	2.556.805,92	3,13%
BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS	855.557,14	1,05%
CITIBANK DTVM	63.001,60	0,08%

- CAIXA ECONÔMIC...
- BANCO BRADESCO
- BB GESTÃO DE RECUR...
- FOCO INVESTIME...
- GERAÇÃO FUTURO
- Bridge Trust
- PETRA Corretora
- BNY MELLON SERVIÇOS...
- Outro



Sub-segmento	Valor	%
CDI	24.453.396,04	29,91%
IMA-B 5	17.904.819,36	21,90%
IDKA IPCA 2A	16.622.406,41	20,33%
FP	3.845.281,63	4,70%
AÇÕES - SETORIAIS	3.828.987,01	4,68%
CREDITO PRIVADO	3.795.507,64	4,64%
FUNDO IMOBILIÁRIO	3.477.193,18	4,25%
FIDC - FECHADO	2.619.807,52	3,20%
IRFM 1	2.184.795,23	2,67%
AÇÕES - INDEXADO	1.534.399,24	1,88%
MULTIMERCADO	1.492.844,88	1,83%
IMAB	8.276,75	0,01%

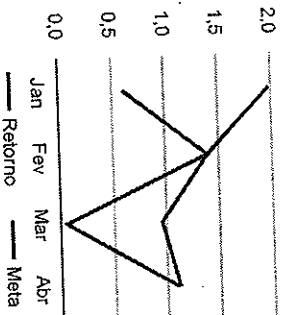
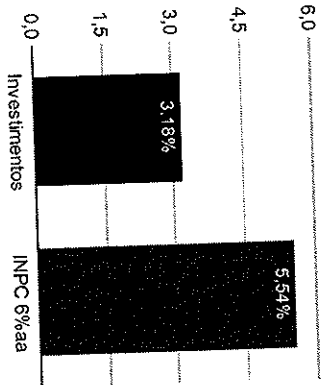
- CDI
- IMA-B 5
- IDKA IPCA 2A
- FP
- AÇÕES - SETORIAIS
- CREDITO PRIVADO
- FUNDO IMOBILIÁRIO
- FIDC - FECHADO
- IRFM 1
- AÇÕES - INDEXADO
- MULTIMER...
- Outro



Retorno e Meta Atuarial acumulados no ano de 2016

Mes	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (\$)	Retorno (%)	Meta (%)	Gap (%)	VaR (%)
Janeiro	74.423.756,56	2.732.531,68	151.945,88	77.470.633,08	466.290,72	0,61%	1,98%	30,57%	2,78%
Fevereiro	77.470.633,08	32.530.266,04	32.756.349,85	78.319.834,24	1.075.284,97	1,39%	1,39%	99,53%	1,76%
Março	78.319.834,24	2.886.624,24	1.355.271,08	79.895.473,25	44.285,85	0,06%	0,95%	5,82%	2,43%
Abril	79.895.473,25	2.070.000,00	1.085.034,30	81.767.714,89	887.275,94	1,10%	1,11%	99,14%	1,70%
Acumulado no ano					2.473.137,48	3,18%	5,54%	57,34%	

Acumulado no Ano

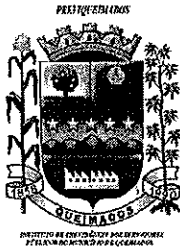


Retorno dos Investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no mês de abril / 2016

Ativos de Renda Fixa	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	VaR - Mês (%)	Instituição (%)
MASTER II FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR	58.237,94	0,00	0,00	63.001,60	4.763,66	8,18%	18,96%	8,18%
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA	3.681,86	0,00	0,00	3.831,91	150,05	4,08%	4,06%	4,08%
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	4.276,20	0,00	0,00	4.444,84	168,64	3,94%	3,89%	3,94%
TOWER BRIDGE II IMA-B 5 FI RENDA FIXA	264.407,95	0,00	0,00	270.617,28	6.209,33	2,35%	4,65%	2,35%
TOWER BRIDGE IMA-B 5 FI RENDA FIXA	908.261,88	0,00	0,00	925.297,31	17.035,43	1,88%	2,40%	1,88%
BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RENDA FIXA IMA-B 5	13.577.861,61	0,00	29.412,55	13.773.929,24	225.480,18	1,66%	1,35%	1,66%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	6.932.604,90	0,00	0,00	7.047.614,73	115.009,83	1,66%	1,23%	1,66%
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	9.451.436,43	0,00	29.412,55	9.574.791,68	152.767,80	1,62%	1,22%	1,62%
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	198.539,05	0,00	0,00	201.615,10	3.076,05	1,55%	1,25%	1,55%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2.692.257,76	0,00	0,00	2.733.360,43	41.102,67	1,53%	1,25%	1,53%
BB IR-FM 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.065.141,01	0,00	0,00	1.080.048,88	11.907,87	1,11%	0,18%	1,11%
BRADESCO IR-FM 1 FI RENDA FIXA	1.093.063,54	0,00	0,00	1.104.746,35	11.682,81	1,07%	0,18%	1,07%
CAIXA MEGA FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	8.209.320,10	1.035.000,00	511.741,78	8.825.053,36	92.475,04	1,00%	0,03%	1,08%
BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	7.042.035,26	0,00	0,00	7.111.151,48	69.116,22	0,98%	0,03%	0,98%
BRADESCO PREMIUM FI REFERENCIADO DI	7.907.611,79	1.035.000,00	511.741,78	8.517.191,20	86.321,19	0,97%	0,00%	1,04%
CAIXA BRASIL IPCA IX FI RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	2.912.305,50	0,00	0,00	2.939.950,50	27.645,00	0,95%	0,06%	0,95%
PREMIUM FIDC SÊNIOR	2.590.786,46	0,00	2.725,64	2.556.805,92	-31.254,90	-1,21%	1,11%	-1,31%
SECURITY FI REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO LP	960.340,49	0,00	0,00	855.557,14	-104.783,35	-10,91%	19,15%	-10,91%
			Total Renda Fixa		728.873,52	1,09%	1,00%	

Retorno dos Investimentos após as movimentações (aplicações e resgates) no mês de abril / 2016

Ativos de Renda Variável	Sado Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	VaR - Mês (%)	Instituição(%)
CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	1.119.611,63	0,00	0,00	1.157.951,73	38.340,10	3,42%	6,93%	3,42%
ECO HEDGE FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO LP	1.444.430,68	0,00	0,00	1.492.844,88	48.414,20	3,35%	2,59%	3,35%
GERAÇÃO FUTURO PROGRAMADO IBOVESPA ATIVO FI AÇÕES	1.495.718,93	0,00	0,00	1.534.399,24	38.680,31	2,59%	11,41%	2,59%
GERAÇÃO FUTURO DIVIDENDOS FI AÇÕES	2.633.940,39	0,00	0,00	2.671.035,28	37.094,89	1,41%	11,01%	1,41%
ÁQUILA FI - AQLL11	3.477.547,20	0,00	0,00	3.477.193,18	-354,02	-0,01%	-	0,00%
CONQUEST FIP - FCCQ11	3.849.054,69	0,00	0,00	3.845.281,63	-3.773,06	-0,10%	-	-
			Total Renda Variável	158.402,42	158.402,42	1,06%	8,57%	



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PREVIQUEIMADOS



Queimados, 08 de março de 2016.

Ofício nº.: 142 /PREVIQUEIMADOS/2016.

Assunto: Resposta ao Ofício PRS/SSE/CSO 492/2016 – Processo TCE/RJ 230.264-3/2015 – Prestação de Contas 2014.

Exmo Sr. Presidente,

Venho através do presente, em cumprimento às solicitações contidas no Ofício PRS/SSE/CSO 492/2016, de 26 de janeiro de 2016, recebido neste Instituto em 12 de fevereiro de 2016, relativos ao Voto do Conselheiro – Aloysio Neves, o qual examinou o processo TCE/RJ nº 230.264-3/2015 de prestação e contas do ordenador de despesa relativa ao exercício financeiro de 2014 deste Instituto de Previdência, responder através das razões expostas e dos documentos em anexos.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

MARCELO DA SILVA FERNANDES

Diretor Presidente
PREVIQUEIMADOS
Matr. 7.106/4
Mat. 7.164

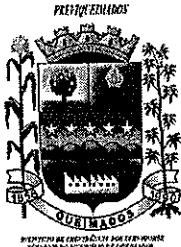
TRIBUNAL DE CONTAS
PROTÓCOLO
09 MAR. 2016

Carlos Alberto Alvim
Mat. 02/2366

Ao Exmo. Dr.

Jonas Lopes de Carvalho Junior.

Presidente do Tribunal de Contas
do Estado do Rio de Janeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PREVIQUEIMADOS



Ofício TCE PRS/SSE/CSO 492/2016, de 26 de janeiro de 2016.
Processo TCE/RJ nº 230.264-3/2015
Referente: Prestação de Contas Ordenador de Despesa Relativa ao Exercício Financeiro de 2014.

No que se refere aos questionamentos levantados no processo da Prestação de Contas deste Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Queimados - PREVIQUEIMADOS, relativo ao exercício de 2014, temos a justificar o que abaixo se expõe:


DOCUMENTOS

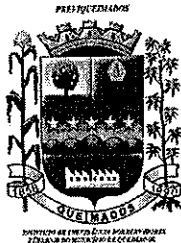
1. Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Segue em anexo as notas explicativas.

2. Em relação à taxa de administração, a ser cobrada do servidor, para cobertura das despesas administrativa, enviar demonstrativo que comprove o cumprimento do disposto no art. 6º, inciso VII, da Lei Federal nº 9.717/98 c/c o art. 15 da Portaria MPAS nº 402/08, cuja base de cálculo é de 2 (dois) pontos percentuais sobre o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativamente ao exercício anterior.

Segue em anexo tabela demonstrando o valor arrecadado da taxa administrativa para o exercício de 2014, tabela e anexo 2 referente às despesas do exercício de 2014, cópia das folhas de pagamentos do exercício 2013, base para cálculo da taxa administrativa para o exercício de 2014, dos servidores da Prefeitura Municipal de Queimados, dos aposentados e pensionistas, dos estatutários cedidos ao PREVIQUEIMADOS e dos servidores da Câmara Municipal e cópia da Lei 1013/10, de 15 de dezembro de 2010. Documentos estes, que comprovam o cumprimento das leis com relação à taxa administrativa.


Marcelo da Silva Fernandes
PREVIQUEIMADOS
Diretor Presidente
Mat 710614



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PREVIQUEIMADOS



ESCLARECIMENTOS

1. Quanto a quitação dos juros e multa pelo atraso nos repasses das contribuições previdenciárias.

Quanto a este questionamento, este Instituto vem tomando as providências quanto à cobrança nos repasses em atraso. Segue em anexo cópia dos ofícios 080 e 081/PREVIQUEIMADOS/2016 com planilha discriminando nº do processo de cobrança dos repasses em atraso, data de abertura, assunto, nº do ofício desta Autarquia que deu origem ao processo, e onde o processo se encontra. Ofícios estes encaminhados respectivamente a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, solicitando as providências quanto ao pagamento destes atrasos.

2. Quanto às medidas adotadas visando sanear as irregularidades descritas no extrato previdenciário.

Quanto aos 35 (trinta e cinco) critérios a serem cumpridos pelos RPPS ao Ministério da Previdência Social – MPS, para obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, o instituto somente ficou irregular no critério: Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR. Tal irregularidade se deu em virtude do excesso de rentabilidade no lapso temporal entre um aporte e outro realizado nos fundos enquadrados nos artigos 8º, Incisos V e VI da Resolução 3922/2010 existentes em nossa carteira de investimentos. Cabe informar que os fundos encontram-se atualmente devidamente enquadrados, conforme estabelecido na Resolução 3922/2010 assim como na Política de Investimentos deste Instituto. Vale ressaltar, que a irregularidade somente cessará no extrato previdenciário no site do Ministério da Previdência Social- MPS, assim que encaminharmos o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR referente ao bimestre janeiro/fevereiro/2016, cujo prazo finaliza em 30 de março de 2016. Segue em anexo: quadros contendo a composição da carteira e dos enquadramentos dos investimentos desde Instituto, referente ao mês de janeiro de 2016, confeccionado pela empresa que nos presta serviços de Consultoria Financeira, Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP com validade até 26 de julho de 2016 e Extrato Externo dos Regimes Previdenciários referente ao Município de Queimados emitido em 28/01/2016.

Marcelo da Silva Fernandes
PREFEITURA DE QUEIMADOS
Diretor Presidente
Mat. 10814



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
PREVIQUEIMADOS



3. **Quanto a divergência entre o saldo contábil das disponibilidades financeiras e o total das conciliações bancárias apresentadas.**
4. **Divergência no resultado de exercícios anteriores R\$ 582.129,42 em comparação ao registrado no balanço patrimonial de 2013, R\$ 550.656,89.**
5. **Divergência no saldo patrimonial apurado, conforme os parâmetros da Lei 4320/64.**

Quanto aos itens 3, 4 e 5 foi encaminhado email (cópia anexa) a empresa que nos presta serviços de contabilidade para no que couber esclarecer tais solicitações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ. Segue em anexo cópia do relatório de atendimento técnico da empresa prestando os devidos esclarecimentos quanto aos itens mencionados.

6. **Quanto às medidas adotadas visando equalizar o déficit atuarial, conforme recomendações do estudo apresentado.**

Quanto a este item, temos a informar que este Instituto, tomou providências através de abertura do processo administrativo nº 15/0058/2014 para publicação do Decreto, conforme recomendação do atuário e também ao atendimento ao disposto no artigo 3º da Lei 1125 de 14 de dezembro de 2012. Segue cópia do Decreto nº 1747/14, publicado no Diário Oficial de Queimados – D.O.Q. nº 417 de 15 de setembro de 2014.

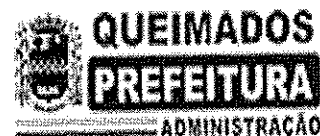
Diante do exposto, esperamos que as justificativas assim como os documentos apresentados, venham responder aos questionamentos levantados por este Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE, com relação à aprovação de contas relativas ao exercício de 2014 deste Instituto.

Na oportunidade, renovamos protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

MARCELO DA SILVA FERNANDES
Diretor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Queimados
PREVIQUEIMADOS
Matr. 7106/4

Assunto **Nossa Visão - 09.05.2016**
De Crédito & Mercado Consultoria em Investimentos
<consultoria@creditoemercado.com.br>
Data 09.05.2016 14:29



Nossa Visão – 09/05/2016

Retrospectiva

No campo político, a semana foi de alta intensidade. O Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, não só denunciou o ex-presidente Lula ao STF, como também pediu investigações sobre a presidente Dilma, além de alguns de seus ministros, como Edinho Silva e Jacques Wagner, entre outros.

Por seu turno, os ministros do STF decidiram, por unanimidade, suspender o mandato do deputado Eduardo Cunha e afastá-lo da presidência da Câmara dos Deputados, já que é réu em processo no próprio STF por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Enquanto isso foi aprovado por quinze votos a cinco, na comissão do impeachment no Senado, o parecer do relator, Antonio Anastasia, que pede a abertura do processo. Desta forma, em quarenta e oito horas o parecer deve ser votado novamente, pelo plenário do Senado, em sessão que deve ocorrer na próxima quarta-feira, dia 11.

Em relação aos principais fatos da economia internacional, na zona do euro as vendas no varejo recuaram 0,5% em março, em comparação com fevereiro, sendo que a expectativa era de uma queda de apenas 0,1%. Em doze meses a alta foi de 2,1%. Já o PMI composto, que engloba os setores industriais e de serviços, caiu levemente em abril, de 53,1 em março, para 53. O PMI só de serviços, ficou estável.

Na Alemanha, a atividade industrial encolheu em abril. O PMI do setor industrial, que responde por cerca de um quinto da economia, caiu de 49 em março, para 48,1 em abril.

O resultado marca o segundo mês em que o índice caiu abaixo da linha de 50 pontos, que separa o crescimento, da contração.

O Dax, índice da bolsa alemã, terminou a semana em queda de 1,68%, enquanto o FTSE-100, da bolsa inglesa, recuou 1,86%.

Nos EUA, os pedidos à indústria subiram 1,1%, quando os analistas esperavam um aumento de 0,5%, mas a produtividade no país registrou um novo retrocesso, caindo 1%. Já a criação de vagas de trabalho fora do setor agrícola somou 160 mil, abaixo da média de criação de 200 mil postos do primeiro trimestre. A taxa de desemprego foi mantida em 5%, por conta da saída de pessoas da força de trabalho. Já a renda média por hora trabalhada subiu 0,3%, mantendo a tendência de alta.

O índice S&P 500, da bolsa norte-americana, terminou a semana com perdas de 0,40%. O mercado acionário vem tendo dificuldade para ganhar tração após um rali de vários meses, pressionado por indicadores econômicos ruins, balanços corporativos fracos e volatilidade nos preços do petróleo.

Na China, a atividade industrial recuou pelo décimo quarto mês consecutivo, forçando as empresas a cortarem empregos. O PMI da indústria caiu para 49,4, permanecendo abaixo de 50 pontos.

No Brasil, a produção industrial avançou 1,4% em março, mas acumulou uma queda de 11,7% no primeiro trimestre do ano. Por sua vez, a atividade do comércio recuou 9,5% em abril, em comparação com o mesmo mês do ano passado, e 8,8% na comparação com o primeiro quadrimestre de 2015. Já a confiança do consumidor brasileiro atingiu o pior nível em 11 anos, tendo atingido 64 pontos. Os valores abaixo de 100 significam pessimismo.

No lado fiscal, o governo federal anunciou, além do aumento dos valores do Bolsa Família, que estaria encaminhando ao Congresso, proposta de correção de 5% da tabela de imposto de renda na fonte. Para compensar, elevou o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF de 0,38% para 1,1% na compra de dólares em espécie. E dada a precariedade fiscal do país, a agência de classificação de risco Fitch cortou novamente a nota de risco do país, com perspectiva negativa. Com isso, também por essa agência, a nota do Brasil ficou dois graus abaixo do grau de investimento.

Em relação à inflação, embora o IPC-Fipe tenha recuado para 0,46% em abril, o IPC-S acelerou para 0,49% no final do mesmo mês. Fato que foi captado na apuração da inflação oficial, o IPCA, que se elevou em 0,61% em abril, acima das expectativas dos analistas. No ano acumulou alta de 3,25% e 9,28% em doze meses. Já o INPC subiu 0,64% no mês, acumulando alta de 3,58% no ano e de 9,83% em doze meses.

Importante mencionar que a empresa comercializadora de energia Comerc destacou, em seu último relatório, que o nível dos reservatórios das hidrelétricas do Brasil ainda é baixo, se considerado o histórico dos últimos 15 anos. Mesmo após um período de chuvas mais favorável e uma recessão que reduziu o consumo de energia. No Nordeste, Norte e Sudeste/Centro-Oeste é que os níveis estão mais baixos.

Também foi divulgada a ata da última reunião do Copom, em que o Banco Central sinalizou que ainda é cedo para reduzir as taxas de juros. A inflação ainda se encontra em nível elevado e os efeitos da política fiscal são bastante adversos.

No setor externo, foi divulgado o resultado da Balança Comercial em abril, que apresentou um superávit de US\$ 4,8 bilhões, o maior para o mês desde 1989. Dessa forma, o superávit acumulado no ano se elevou para US\$ 13,2 bilhões, resultado impactado mais pela queda das importações do que pelo aumento das exportações.

Na semana o índice Ibovespa caiu 4%, o pior desempenho semanal desde janeiro, reduzindo os ganhos anuais para ainda expressivos 19,30%. Já o dólar fechou a semana em leve alta de 0,37%. Com a publicação do IPCA acima do esperado, as taxas de juros abriram e o IMA- Geral encerrou a semana com valorização de 0,15%.

Comentário Focus

O último Relatório Focus, revelado nesta manhã, apontou para uma piora nas expectativas de inflação para 2016. Após o IPCA de abril superar as expectativas dos analistas, o mercado voltou a elevar as projeções para a inflação neste ano, interrompendo uma sequência de oito semanas consecutivas de queda.

Os economistas consultados, na média acreditam que o IPCA subirá 7,0% neste ano e não mais 6,94%. Para 2017, os economistas e instituições consultados voltaram a reduzir as estimativas. A previsão para a inflação recuou de 5,72% na pesquisa passada para 5,62% nesta semana. O percentual se situa abaixo do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para o próximo ano, que é de 4,5% com 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Em relação à taxa Selic, agora é esperado que caia de 13,25% para 13,00% no final do ano, apesar do Banco Central não acenar com essa possibilidade no curto prazo. Já para o ano que vem, a taxa foi mantida em 11,75%.

Em relação ao desempenho da economia, pela primeira vez após 15 quedas seguidas, os analistas previram um leve respiro. Em vez de queda de 3,89% no PIB deste ano, eles agora acreditam que o tombo será de 3,86%. Já para o ano que vem o Focus sinaliza para nova elevação, pela terceira semana seguida, passando de 0,40% para 0,50%.

Para a produção industrial, o pessimismo se manteve com o aumento da expectativa de queda, no ano de -5,83% para -5,95%. Para 2017, houve reversão nas expectativas e as projeções indicam uma alta de 0,50% para 0,74%.

Para a Balança Comercial a projeção neste ano recuou de um superávit de US\$ 48,0 bilhões, para um de US\$ 46,4 bilhões. E no ano seguinte manteve-se em US\$ 50,0. Para o Investimento Estrangeiro Direto, as expectativas apresentaram leve recuo de US\$ 58,0 bilhões, para US\$ 57,3 bilhões em 2016. Para 2017 as estimativas permaneceram em US\$ 60,0 bilhões.

Perspectiva

Na Europa, dos indicadores mais importantes é esperada a divulgação do PIB do primeiro trimestre da zona do euro, e a produção industrial em março, e da Alemanha, dados idênticos, além da inflação.

Nos EUA, será divulgada a inflação do produtor e as vendas no varejo de abril, e o índice de confiança do consumidor em maio.

No Brasil, teremos a divulgação do IPC-S e do IPC-Fipe, na primeira semana de maio, as vendas no varejo, o desempenho do setor de serviços e o IBC-Br, de março.

Com a votação do impeachment, pelo plenário no Senado e o consequente afastamento da presidente, o vice Michel Temer passará a receber todos os holofotes, também do mercado financeiro, ansioso pela definição de toda a equipe econômica. Henrique Meirelles, virtual Ministro da Fazenda, já declarou que é preciso estabelecer metas realistas para a melhora da confiança no país e que o principal desafio é estabilizar a trajetória da dívida pública brasileira. Para tanto, confia no Congresso Nacional para aprovar as medidas necessárias. O desafio é enorme.

A dúvida que permanece, é se o otimismo com a mudança política já foi devidamente predicado pelos mercados, ou se há espaço para maiores evoluções. É consenso que a resposta dependerá da capacidade do novo governo implementar todas as reformas que são necessárias.

Enquanto se aguarda pelos desdobramentos, a maioria dos investidores parece não estar disposta a correr riscos. De acordo com dados divulgados pela AMBIMA, os fundos de renda fixa foram os únicos com entrada expressiva de recursos neste ano. De janeiro a abril, as aplicações superaram os resgates em R\$ 40,2 bilhões. O que chamou mais a atenção foi o fato de quase a totalidade dos recursos terem ingressado nos produtos chamados de duração baixa, que se concentram em títulos com vencimento no curto prazo. Em linha com o que temos orientado.

Nesse contexto, mantemos nossa recomendação de expor a carteira de renda fixa aos vértices de médio prazo (IMA-B 5 e IDKa 2A) em no máximo 40%. Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, ou seja, para ativos indexados ao IRFM-1, ou mesmo ao DI, já que, mesmo que o rendimento não propicie a superação da meta atuarial, o risco de perda, num cenário tão incerto, fica substancialmente reduzido.

Relatório de Mercado – Focus – 06/05/2016			
	2016	2017	
IPCA(%)	7,00	5,62	↑
IGP-DI(%)	7,03	5,59	↓
IGP-M(%)	7,35	5,60	↓
Meta Taxa de Câmbio – Fim do Período (R\$/US\$)	3,70	3,90	↓
Meta Taxa SELIC – Fim do Período (%a.a.)	13,00	12,00	↓
PIB (% crescimento)	-3,86	0,50	↑
Produção Industrial (% crescimento)	-5,95	0,74	↑
Balança Comercial (US\$ bilhões)	46,40	50,00	↑
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)	57,35	60,00	↑
Fonte: Banco Central	Redução	Estabilizado	Crise

Nas estratégias que envolvam essencialmente a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), observamos que a escassez de linhas de crédito para a produção e consumo gerou uma abertura de spread (prêmio de risco) nas operações, que resultam em oportunidades interessantes para investimentos. Com a devida cautela, e respeitados os limites das políticas de investimentos, recomendamos avaliar investimentos nestes segmentos.

Na renda variável, recomendamos uma exposição de no máximo 20% para o segmento, já incluídas alocações em fundos imobiliários - FIs e fundos em participação - FIPs, dado a falta de percepção de melhora nos fundamentos econômicos que justifique elevar ainda mais o risco da carteira.

Indicadores Diários - 06/05/2016

Indicador	01/05/16 (%)	02/05/16 (%)	03/05/16 (%)	04/05/16 (%)
CDI	0,05	0,26	4,61	13,98
IRF-M 1	0,05	0,23	5,39	14,76
IDKA IPCA 2 Anos	0,09	0,45	7,36	18,91
IMA-B 5	0,07	0,38	7,37	17,89
IRF-M	-0,02	-0,07	11,61	15,93
IRF-M 1+	-0,06	-0,21	16,40	16,96
IMA-B	-0,18	0,24	14,33	17,25
IMA Geral	-0,05	0,15	10,56	15,76
IMA-B 5+	-0,32	0,15	18,04	17,72
IDKA IPCA 20 Anos	-0,78	0,06	33,68	16,84
Ibovespa	0,09	-6,52	19,30	-9,83
S&P 500	0,32	-2,36	0,65	-2,71
DAX	0,18	-13,67	8,13	-15,06
FTSE 100	0,14	-11,81	-1,87	-12,31

Índices de Referência - Abril/2016

	01/04/16	02/04/16	03/04/16	04/04/16	05/04/16	06/04/16
INPC	0,64%	3,58%	2,04%	5,68%	9,83%	18,99%
INPC + 6% a.a.	1,11%	5,54%	3,49%	8,73%	16,37%	33,67%
IPCA	0,61%	3,25%	1,95%	5,29%	9,28%	18,21%
IPCA + 6% a.a.	1,08%	5,20%	3,40%	8,33%	15,78%	32,79%

ABRIL / 2016

INTERNACIONAL

Em seu relatório denominado "Perspectiva Econômica Mundial", divulgado na primeira quinzena do mês, o FMI estimou que o crescimento global, em 2016 será de 3,2% e não mais de 3,4%, conforme a estimativa de janeiro. Para 2017, também reduziu a expectativa para um crescimento de 3,5% e não mais de 3,6%.

EUROPA

A agência Eurostat divulgou que o PIB da zona do Euro cresceu 0,6% no primeiro trimestre de 2016, em relação ao anterior e 1,6% na base anual, retornando ao nível anterior à crise de 2008. Entretanto, a inflação foi de -0,2%, em abril, apesar de todas as medidas de estímulos monetários já adotadas. Assim, o Banco Central Europeu decidiu manter a taxa básica de juros em 0% e a taxa para depósitos bancários em -0,4%.

EUA

Também nos EUA foi divulgado que o PIB do primeiro trimestre do ano cresceu 0,5%, em base anualizada, com os gastos dos consumidores avançando 1,9%. Em reunião no final do mês, o FED, ainda cauteloso em relação à economia europeia e mundial, mesmo que confiante em relação à economia local, decidiu manter a taxa básica de juros inalterada, entre 0,25% e 0,50% ao ano.

ÁSIA

Na China, a atividade econômica cresceu 1,1% no primeiro trimestre, em relação ao anterior e 6,7%, em termos anuais. Embora tenha sido o ritmo mais lento desde 2010, o avanço ficou dentro da meta estabelecida pelo governo. Já no Japão, o banco central decidiu não expandir os estímulos monetários já adotados, mas deixou uma porta aberta para o futuro.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mês de abril, podemos destacar a continuidade da desvalorização do dólar perante outras moedas, uma boa alta de certas commodities, como o petróleo e um resultado misto dos principais índices de ações globais.

Com a manutenção dos juros nos EUA, os títulos do tesouro americano de 10 anos, que tinham rendimento ao redor de 1,72% ao ano no final de março, terminaram abril com um rendimento de 1,76% ao ano. Paralelamente, o dólar continuou se enfraquecendo e se desvalorizou 1% perante o euro e 5,04% perante o yen, por exemplo.

Já o petróleo tipo Brent se valorizou 21,5% no mês, apresentando a maior alta em um único mês em sete anos. Das principais bolsas, a americana (S&P 500) avançou 0,27%, a alemã 0,74%, mas a chinesa (SSE Composite) caiu 2,18% e a do Japão 0,55%.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

De acordo com o indicador de atividade do Banco Central, o IBC-Br, a economia brasileira registrou, em fevereiro, o décimo segundo mês consecutivo de retração. Desta vez, a queda foi de 0,29% no mês, e 4,75% em doze meses.

Também em fevereiro, a produção industrial recuou 2,5%, acumulando no ano uma queda de 11,8%. Por seu turno, as vendas no varejo aumentaram 1,2% no mês, mas acumulam baixa de 5,3% em doze meses.

Já a taxa de desemprego, medida através da Pnad Contínua, alcançou 10,9% no trimestre encerrado em março. O número de pessoas desocupadas registrou 11,1 milhões.

SETOR PÚBLICO

O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 10,6 bilhões em março. No ano, o déficit acumulado foi de R\$ 5,8 bilhões, e em doze meses de R\$ 136 bilhões (2,28% do PIB).

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 443,3 bilhões (7,44% do PIB). Já o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 579,3 bilhões (9,73% do PIB), também em doze meses.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou R\$ 4 trilhões (67,3% do PIB), reduzindo-se em 0,4 pontos percentuais em relação ao mês anterior. Ainda em março, já descontada a inflação, a arrecadação do governo federal com impostos caiu 6,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior, acumulando queda de 8,19% no trimestre.

INFLAÇÃO

Graças aos avanços nos preços dos alimentos e dos remédios, principalmente, o IPCA fechou o mês de abril subindo 0,61%, acima das previsões dos analistas do mercado. No ano acumulou alta de 3,25%, e em doze meses de 9,28%. O índice de difusão da inflação, divulgado pelo Valor Econômico foi de 66,8%, frente a 69,4% no mês anterior.

Já o INPC subiu 0,64% em abril, acumulando um avanço de 3,58% no ano e de 9,83% em doze meses.

JUROS

Em reunião realizada no final de abril, o Comitê de Política Monetária do Banco Central – COPOM decidiu, por unanimidade, manter inalterada a taxa Selic em 14,25% ao ano. E na ata da reunião, afastou a possibilidade de redução da taxa enquanto a inflação não der sinais de rumar para o centro da meta de 4,5%.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de abril cotada a R\$ 3,4508, com uma desvalorização de 3,04% no mês, acumulando uma desvalorização de 11,63% no ano e uma valorização de 19,23% em doze meses.

Em março, as transações correntes apresentaram um déficit de US\$ 855 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 41,4 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de recursos da ordem de US\$ 5,6 bilhões, acumulando em doze meses um saldo positivo de US\$ 78,9 bilhões. As reservas internacionais terminaram o mês em US\$ 375,2 bilhões, e a dívida externa bruta em US\$ 333,6 bilhões.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em abril um superávit de US\$ 4,8 bilhões. No acumulado do ano, registrou um superávit de US\$ 13,2 bilhões.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês acabou sendo o do IDKA 20A (IPCA) com 9,25% de alta, seguido do IMA-B 5+, com avanço de 5,37%, e do IRF-M 1+, com 4,80%. No ano o melhor desempenho acumulado até março foi do IDKA 20A (IPCA) com 33,60%, seguido do IMA-B 5+ com 18,66% e do IRF-M 1+ com alta de 16,65%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, foi outro mês de forte alta, com uma valorização de 7,70%, acumulando em 2016 uma alta de 24,36%.

Teve presença firme no mercado o investidor estrangeiro, que foi responsável por um ingresso líquido de R\$ 2,9 bilhões para a compra de ações, elevando o acumulado no ano para R\$ 13,5 bilhões.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

Para o FMI, a economia da zona do euro deverá crescer 1,5% em 2016 e 1,6% em 2017, a dos EUA, 2,4% em 2016 e 2,5% em 2017, e a da China 6,5% neste ano e 6,2% no próximo. Enquanto na zona do euro, o BCE aguarda os resultados dos estímulos amplificadas para definir os próximos passos, o FED deixou aberta a possibilidade de novos aumentos dos juros, em sua reunião de junho, caso, até lá, os dados macroeconômicos continuem a evoluir a contento. Por seu turno, a China parece ter encontrado certa estabilidade em seu crescimento e por enquanto, deixou de ser foco das preocupações do mercado.

MERCADO NACIONAL

Também no mês de maio, com a votação do impeachment no Senado, que poderá implicar no afastamento da presidente por 180 dias até o julgamento final, os fatos políticos continuarão tendo maior destaque do que os fatos econômicos, e assim influenciando os ativos, tanto de renda fixa quanto de renda variável.

As principais dúvidas do mercado passarão, então, a repousar na equipe a ser formada pelo presidente interino e na movimentação das forças políticas no sentido da recuperação do país.

As incertezas ainda continuarão sendo enormes.

Como os mercados continuaram a antecipar uma série de fatos, inclusive a possibilidade de redução da taxa Selic, a sua confirmação pode não trazer ganhos adicionais para os ativos de renda fixa e variável. No entanto, a não confirmação deles pode reverter todos os ganhos recentemente obtidos.

Dessa forma, temos que continuar nos atendo aos fundamentos econômicos ruins e aguardarmos sinais mais claros no sentido de qual o melhor rumo a tomar.

Assim, para a renda fixa, recomendamos uma exposição da carteira para os vértices de médio prazo (IMA-B 5 e IDKA IPCA 2A) em no máximo 40%. Permanece a recomendação de se evitar estratégias com exposição para os vértices mais longos (IMA-B, IMA-B 5+ e IDKA IPCA 20^a). Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, ou seja, para ativos indexados ao IRFM-1, ou mesmo ao DI, já que, mesmo que o rendimento não propicie a superação da meta atuarial, o risco de perda, num cenário tão incerto, fica substancialmente reduzido.

Nas estratégias que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), observamos que a escassez de linhas de crédito para a produção e consumo gerou uma abertura de spread (prêmio de risco) nas operações que resultam em oportunidades interessantes para investimentos. Com a

Panorama Econômico

devida cautela, e respeitados os limites das políticas de investimentos, recomendamos avaliar investimentos nestes segmentos.

Na renda variável, recomendamos uma exposição de no máximo 20%, já incluídas alocações em fundos imobiliários - FIs e fundos em participação –FIPs. Embora não haja melhora nos fundamentos econômicos que justifique elevar ainda mais o risco da carteira, e mesmo com as altas recentes, o investimento em ações deve ser avaliado com maior atenção, na medida em que ainda existe a possibilidade de importantes ganhos quando as apostas mais otimistas puderem se materializar. Disso continua se aproveitando o investidor estrangeiro, em detrimento do investidor institucional local. Uma estratégia que contemple o investimento gradativo e contínuo, feito tanto nos movimentos de alta quanto de baixa, aproveitando-se as janelas de oportunidades que se apresentem e visando a obtenção de resultado no longo prazo, não deve ser desprezada.

EXTRATO EXTERNO DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS**Município de Queimados - RJ****CRP VIGENTE:** Nº 982911-138817, emitido em 28/01/2016, **estará vigente até 26/07/2016.****Regime Vigente : Próprio**

Critério	Situação	Informações	Fundamentação Legal
Acesso dos segurados às informações do regime	Regular	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, art. 1º, VI; Port.nº 204/2008, art. 5º, VIII; Port.nº 402/2008, art.12.
Aplicações financeiras de acordo com Resolução do CMN - Decisão Administrativa	Regular	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, arts. 1º, § único e 6º, IV e V; Port.nº 204/08, art.5º, XV; Port. nº402/08, art.20.
Aplicações financeiras de acordo com Resolução do CMN - previsão legal	Regular	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, arts. 1º, § único e 6º, IV e V; Port.nº204/08,art.5º, XV; Port. nº402/08, art.20.
Atendimento ao Auditor Fiscal em auditoria direta no prazo	Regular	- Exigido desde 11/07/2008	Lei 9.717/98,art.9º,§único; Port.204/08,art. 5º,XII, e 10; Port.402/08,art. 29,§2º
Atendimento ao MPS em auditoria indireta no prazo	Regular	- Exigido desde 26/03/2004	Lei 9.717/98, art. 9º § único; Port. 204/08, art. 5º, XII, e 10; Port. 402, art. 29, § 6º.
Caráter contributivo (Ente e Ativos - Alíquotas)	Regular	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98,art. 1º, II; Port.nº 204/2008, art.5º, I, "a"; Port.nº 402/2008, art.3º, I e III.
Caráter contributivo (Ente e Ativos - Repasse) - Clique aqui para mais informações.	Regular	- 60 declaração(ões) enviada(s) - Exigido de 01/01/2004 até 01/02/2014 - Periodicidade: bimestral	Lei nº 9.717/98,art.1º, II; Port.nº204/2008, art.5º, I, "b", e XVI,"e"; Port.nº402/08,art.6º
Caráter contributivo (Inativos e Pensionistas- Alíquotas)	Regular	- Exigido desde 01/10/2005	Lei nº 9.717/98,art. 1º, II; Port.nº 204/2008,art.5º, I, "a"; Port.nº 402/08, art.3º, II e §2º
Caráter contributivo (Inativos e Pensionistas-Repasse) - Clique aqui para mais informações.	Regular	- 60 declaração(ões) enviada(s) - Exigido de 01/01/2004 até 01/02/2014 - Periodicidade: bimestral	Lei nº 9.717/98, art.1º, II; Port.nº 204/2008, art.5º, I, "c" e XVI, "e"; Port.nº 402/08,art.6º
Caráter contributivo (pagamento de contribuições parceladas) - Clique aqui para mais informações.	Regular	- 22 declaração(ões) enviada(s) - Exigido de 01/05/2010 até 01/02/2014 - Periodicidade: bimestral	Lei nº 9.717/98,art.1º, II; Port nº 204/2008,art.5º, I, "d",e art.10,§6º; Port.nº402/08,art.5º
Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa	Em análise	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, art. 1º, II;Port. nº 204/2008,art. 5º, I; Port.nº402/08, arts.6º e 29, §§3ºe 5º
Cobertura exclusiva a servidores efetivos	Regular	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, art. 1º, V; Port. nº 204/2008, art. 5º, III; Port. nº 402/08, art. 2º, §1º
Concessão de benefícios não distintos do RGPS - previsão legal	Regular	- Exigido desde 01/10/2005	Lei 9.717/98, art. 5º; Port.nº 204/2008, art.5º, XI, b; Port.nº 402/08, art. 23
Contas bancárias distintas para os recursos previdenciários	Regular	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº9.717/98, arts.1º,§único e 6º, II; Port.nº 204/2008, art.5º,X; Port.nº 402/08,art. 19
Convênio ou consórcio para pagamento de benefícios	Regular	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, art. 1º, V; Port. nº 204/2008, art.5º, VII; Port. nº 402/08, art. 24
Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN	Regular	- Exigido desde 01/01/2009 - Periodicidade: anual	Lei nº9.717/98, art.1º, § único e 6º, IV e VI; Port.nº 519/2011, art.1º; Port.nº 204/2008,art. 5º,XV
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Consistência das Informações	Regular	- Exigido desde 10/05/2007	Lei 9717/98,art.9º,PU;Port.nº204/2008, art.5º,XVI,"d",art.10,§8º;Port.402/08,art. 22.

Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Encaminhamento à SPS - Clique aqui para mais informações.	Regular	- 75 declaração(ões) enviada(s) - Exigido desde 01/09/2003 - Periodicidade: bimestral	Lei nº9.717/98,art. 9º,PU;Port.nº204/08,art. 5º,XVI,"d", art.10, §§2ºe8º;Port. 402/08, art.22
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Consistência e Caráter Contributivo	Regular	- Exigido desde 01/01/2014 - Periodicidade: bimestral	Lei 9717/98,art.1º,II; Port.204/08,art.5º,I e XVI,"h", § 6º,II,arts.7º,8º,10,§8º; Port.402/08, art.6º
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Encaminhamento à SPPS	Regular	- 6 declaração(ões) enviada(s) - Exigido desde 01/01/2014 - Periodicidade: bimestral	Lei 9717/98,art.9º,par.ún.;Port.204/08,art.5º,XVI,"h",§ 6º,II,arts.7º,8º,10,§8º; Port.402/08, art.6
Demonstrativo Previdenciário - Consistência das Informações	Regular	- Exigido de 10/05/2007 até 01/02/2014	Lei nº9.717/98,art.9º,PU; Port.nº204/08,art.5º,XVI,"c", §6º,II, art.10,§8º; Port.nº402/08, art.6º
Demonstrativo Previdenciário - Encaminhamento à SPS - Clique aqui para mais informações.	Regular	- 72 declaração(ões) enviada(s) - Exigido de 01/01/2002 até 01/02/2014 - Periodicidade: bimestral	Lei nº9.717/98, art.9º,PU; Port.nº204/08, art.5º,XVI,"c", §6º, II, art.10,§8º; Port.nº402/08,art 6º
Demonstrativos Contábeis	Regular	- Exigido desde 01/05/2008	Lei nº 9.717/98, art. 1º, caput; Port. nº 204/08, art.5º, XVI, "f"; Port. nº 402/08, arts. 16 e 17
Encaminhamento da legislação à SPS	Regular	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº9.717/98,art.9º,PU; Port.nº 204/08,art.5º, XVI, "a",§§ 1ºa5º; Port.nº 402/08,art. 29,§6º
Equilíbrio Financeiro e Atuarial - Encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises	Regular	- Exigido desde 01/10/2005	Lei 9.717/98, arts.1º,caput e 9º; Port. 204/08, art.5º, II, XVI, b e i ; Port.402/08, arts. 8ºe 9º
Escrituração de acordo com Plano de Contas	Regular	- Exigido desde 01/01/2007	Lei nº 9.717/98, art. 1º, caput; Port. nº 204/2008, art.5º, XIII; Port.nº 402/08, art. 16
Existência de colegiado ou instância de decisão em que seja garantida a participação dos segurados	Regular	- Exigido desde 01/01/2008	Lei nº 9.717/98, art. 1º, VI; Port. nº 204/2008, art.5º, V; Port.nº 402/08, art. 10, §3º
Inclusão de parcelas remuneratórias temporárias nos benefícios	Regular	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, art. 1º, X e XI;Port. nº 204/08, art.5º, IX; Port.nº 402/08, art.23, §§2º,3º e 4º
Observância dos limites de contribuição do ente	Regular	- Exigido desde 01/10/2005	Lei nº 9.717/98, art. 2º; Port. nº 204/2008, art.5º, XIV, "c"; Port. nº 402/08, art. 3º, III
Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas	Regular	- Exigido desde 01/10/2005	Lei nº 9.717/98, art. 3º; Port. nº 204/2008, art.5º, XIV, "a" e "b"; Port. nº 402/08, art.3º, I e II
Regras de concessão, cálculo e reajustamento de benefícios	Regular	- Exigido desde 01/10/2005	Lei 9717/98,art.5º;Lei 10887/04,arts.1º,2º e 15;Port.204/08,art.5º,XI, a,c; Port.402/08,art.25 e Anx
Unidade gestora e regime próprio únicos	Regular	- Exigido desde 01/01/2008	Lei nº 10.887/04, art. 9º; Port. nº 204/2008, art.5º, IV; Port. nº 402/08, art. 10
Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa	Em análise	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, art. 1º, III; Port.nº204/08, art.5º,VI; Port.nº 402/08,arts.13, 14, 15,§4º e 29,§5º
Utilização dos recursos previdenciários - Previsão legal	Regular	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, art. 1º, III; Port.nº204/08, art.5º,VI; Port.nº 402/08, arts.13, 14 e 15, §4º

ATENÇÃO!

1. O ente deve encaminhar, **logo após a publicação**, toda a legislação sobre o regime previdenciário dos servidores (inclusive as leis anteriores alteradas ou revogadas e não enviadas na época própria), **impressa (em meio papel) e autenticada** em todas as suas folhas, em cartório ou por servidor público, caso em que deverá constar seu nome, cargo e matrícula. Com a legislação, **enviar, SEMPRE, comprovante ou declaração na qual conste a data em que o ato foi publicado (DIA/MÊS/ANO)**. O endereço para remessa da legislação é:

Ministério da Previdência Social - SPPS - DRPSP - CGNAL - Esplanada dos Ministérios - Bloco F - Anexo A - Sala 475 - CEP 70059-900.

2. Entre em contato com a Coordenação-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos - CGACI, por meio do telefone (0XX61) 2021-5776 ou, preferencialmente, pelos seguintes e-mails, para maiores informações sobre o Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial-DRAA, Nota Técnica Atuarial e Equilíbrio Financeiro e Atuarial (cgaai.atuaria@previdencia.gov.br); sobre o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR e Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN (cgaai.investimentos@previdencia.gov.br); sobre Plano de Contas e Demonstrativos Contábeis (cgaai.contabilidade@previdencia.gov.br); sobre as auditorias diretas realizadas (cgaai.auditoria@previdencia.gov.br); e, sobre os critérios decorrentes dessas auditorias e analisados por meio do Processo Administrativo Previdenciário – PAP (cgaai.contencioso@previdencia.gov.br).
3. Para demais critérios avaliados ou envio de legislação, entre em contato com a Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal-CGNAL pelo telefone nº (0XX61) 2021-5725 ou e-mail sps.cgnal@previdencia.gov.br.
4. Dificuldades na transmissão de qualquer Demonstrativo serão solucionadas pela Coordenação-Geral de Estudos Técnicos, Estatísticas e Informações Gerenciais, por meio do telefone (0XX61) 2021-5380 ou E-mail cadprev@previdencia.gov.br.